

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/19841	29851/2026	Proposta à Câmara Municipal
Assunto do Processo		
Proposta à Câmara Municipal - Legalização de muros de vedação - Rua da Mouta, n.º 57, União de Freguesias de Lomar e Arcos		
Unidade Administrativa		
DU - [INTERNO]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DESPACHO

Processo: 4042/2026

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Legalização de operação urbanística - #G0148#

Assunto do Processo: Legalização de operação urbanística

Presidente da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Nos termos da informação técnica em anexo do Departamento de Urbanismo- Gabinete de Licenciamento de Edificações, comunica-se que o projeto de legalização reúne as condições de aprovação nos termos acima indicados pelo que se propõe o seu deferimento.

O processo encontra-se completo, apresentando os projetos de especialidades necessários à obra a legalizar, de acordo com a informação técnica da DPU n.º 2026-4127 emitida em 11/02/2026.

Trata-se da legalização de uma obra executada sem licença de construção, abrangida pelo artigo 102º-A do RJUE, pelo que o requerente pede a emissão do alvará de autorização de legalização (artigo B-1/22º do CRMB).

Nos termos do n.º 1, do artigo 74.º da redação em vigor do RJUE, dever-se-á informar o requerente que o recibo de pagamento das taxas legalmente devidas, constitui condição de eficácia da licença.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/19462 de 4 de Junho de 2026.

RESOLUÇÃO

Defiro o pedido de legalização apresentado ao abrigo do presente processo, nos termos e condições impostas pela informação e despachos que antecedem.

À reunião de Executivo para deliberação, no âmbito do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro na sua redação atual.

Despachos

- A 04/06/2026, Rita Joaquina Matias da Silva de Sousa Freire, na qualidade de Diretor de Departamento: "Concordo. Propõe-se o a aprovação do projeto de arquitetura (muros de vedação). Se deliberado favoravelmente as especialidades já constantes do processo deverão ser analisadas."

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



PROCESSO GESTIONA: 4042/2026 RELACIONADO AO 1/2019/1707/0

REGISTO DE ENTRADA: 2026-E-RE-1939 DE 05/02/2026

REQUERENTE: HABIMOREIRA CONSTRUÇÕES, LDA.

LOCAL DA OBRA: Rua da Mouta, n.º 57, União de Freguesias de Lomar e Arcos

ASSUNTO: LICENCIAMENTO DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO – **LEGALIZAÇÃO**

_03/06/2026

1. PRETENSÃO E CONTROLO PRÉVIO APLICÁVEL

- 1.1. HABIMOREIRA CONSTRUÇÕES, LDA, através do requerimento registado com o n.º. 2026-E-RE-1939 de 05/02/2026, apresenta um **Projeto de arquitetura**, relativo a obra de edificação com vista à legalização dos muros de vedação no logradouro tardoz no prédio sito Rua da Mouta, n.º 57, União de Freguesias de Lomar e Arcos, que incide sobre o prédio descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º 706/20000913, inscrito na matriz de natureza Urbana sob o artigo n.º 1197.
- 1.2. A pretensão está sujeita a licença administrativa ao abrigo da alínea a) do número 1 do art.º 102º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual e alínea a) do n.º 2, do art.º B-1/18º do Código Regulamentar Município de Braga.

2. ANTECEDENTES:

- 2.1. Relativamente ao terreno identificam-se os seguintes antecedentes processuais:
- 2.2. Processo n.º 1/2019/1707/0.
- 2.3. Alvará de licença de construção n.º 35/2023 de 23/01/2023.
- 2.4. Comunicação de Utilização n.º 2025-0650 de 03/09/2025.

3. INSTRUÇÃO DO PROCESSO:

- 3.1. O presente pedido de legalização de obras de edificação encontra-se instruído de acordo com as normas instrutórias aplicáveis nos termos do Capítulo I e n.º 17, do Capítulo III, do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro e Artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, de acordo com a informação técnica proferida pela Divisão de Procedimentos Urbanísticos n.º 2026-4127 emitida em 11/02/2026.
- 3.2. O requerente apresentou os projetos de especialidades necessários à obra a legalizar.

4. PARECERES INTERNOS E/OU ENTIDADES EXTERNAS

- 4.1. O projeto de arquitetura apresentado não carece de consulta a entidades internas e externas.

5. ANÁLISE DA PRETENSÃO SEGUNDO O PDM EM VIGOR:

5.1. Enquadramento:

- 5.1.1. A obra está implantada em **Espaço Central 2, EC2**, conforme carta de classificação e qualificação do solo da 3.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Braga – PDMB, aviso n.º 8551/2026/2, publicado no Diário da República 2.ª Série – n.º 73, de 15 de abril.

5.2. Análise Urbanística:

- 5.2.1. Trata-se uma obra de legalização dos muros de vedação no logradouro tardoz de uma habitação multifamiliar na zona verde privada de algumas frações bem como de zona comum pertencentes ao condomínio.
- 5.2.2. Analisada a pretensão e seus elementos, considera-se que nada há opor ao presente processo de Legalização.



6. ANÁLISE REGULAMENTAR:

- 6.1. A declaração de responsabilidade do autor dos projetos, nos termos do n.º 8 do art.º 20.º do RJUE, no que diz respeito aos aspetos interiores, constitui garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, excluindo a sua apreciação prévia.
- 6.2. O coordenador de projeto deverá assegurar os deveres enunciados no Artigo 9.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada pela Lei n.º 40/2015 de 1 de junho, com a especial relevância na compatibilização dos projetos da engenharia das especialidades com a imagem exterior proposta no projeto de arquitetura, quer na utilização de processos construtivos, quer na integração de equipamentos.

7. PROPOSTA DE DECISÃO:

- 7.1. Face ao atrás exposto, conclui-se que o projeto de legalização reúne as condições de aprovação nos termos acima indicados pelo que se propõe o seu deferimento.
- 7.2. O processo encontra-se completo, apresentando os projetos de especialidades necessários à obra a legalizar, de acordo com a informação técnica da DPU n.º 2026-4127 emitida em 11/02/2026.
- 7.3. Trata-se da legalização de uma obra executada sem licença de construção, abrangida pelo artigo 102º-A do RJUE, pelo que o requerente pede a emissão do alvará de autorização de legalização (artigo B-1/22º do CRMB).
- 7.4. Nos termos do n.º 1, do artigo 74.º da redação em vigor do RJUE, dever-se-á informar o requerente que o recibo de pagamento das taxas legalmente devidas, constitui condição de eficácia da licença.

